



Número: **0807447-61.2016.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **09/08/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado                               |                   |
|--|--------------------|---|-------------------|
| RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES (AUTOR)                        |                    | ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO)            |                   |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) |                    | SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)                            |                   |
| Documentos   |                    |   |                   |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento   | Tipo              |
| 40055659   | 01/03/2021 14:55   | <a href="#">2620307_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_02</a> | Outros Documentos |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08074476120168152003

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., **IMPUGNAR EXPRESSAMENTE**, e de modo espontâneo, com fulcro no art. 218, §4º, CPC, a petição ID 33557079 - Petição (PETIÇÃO DISCORDANDO DO VALOR DO) apresentada pela parte autora, bem como o cálculo apresentado no ID 33557076 - Documento de Comprovação (MEMÓRIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULOS (DPVAT)).

Cumpre esclarecer que a exequente merece ter seu pleito INDEFERIDO, eis que cometeu os seguintes equívocos na elaboração de seus cálculos:

1) O cálculo elaborado foi até agosto de 2020, mas o pagamento foi feito em 13-04-2020. Desrespeito à Súmula 179, STJ. Desse modo, no cálculo apresentado pela autora consta juros inserido equivocadamente de R\$ 834,33, enquanto o valor correto é R\$ 635,50. Trata-se de equívoco justamente porque a autora inseriu indevidamente mais 4 meses de atualização, em dissonância ao que preconiza a Súmula 179, STJ, pois, a partir da data do depósito, o valor passa a ser corrigido pela Instituição Financeira;

---

#### SÚMULA N. 179

---

O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos.

#### Referência:

CC/1916, art. 1.266.

2) Consequentemente, o valor requerido de honorários também encontra-se equivocado, no valor de R\$ 1433,06, enquanto o correto é R\$ 1.398,10. A diferença consiste na consequência de ser percentual que incidiu baseado em valor atualizado de forma equivocada, até 4 meses depois do pagamento.



Vejamos a indicação do cálculo do cálculo equivocado da parte autora, feito até agosto de 2020:

PROCESSO: 0807447-61.2016.8.15.2003  
AUTOR: RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES  
RÉU: SEGURADORA LÍDER


DATA DO EVENTO DANOSO: ago/14  
CITAÇÃO: jun/19

CÁLCULOS ATUALIZADOS ATÉ: ago/20

MEMÓRIA DISCRIMINADA E ATUALIZADA DE CÁLCULO DE  
EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Já o pagamento, conforme comprovante juntado aos autos e abaixo destacado, foi realizado desde 13/04/2020, a seguir.





|                             |  |                           |  |                         |  |
|-----------------------------|--|---------------------------|--|-------------------------|--|
| Nº DA PARCELA               |  | DATA DO DEPÓSITO          |  | Nº DA CONTA JUDICIAL    |  |
| 0                           |  | 13/04/2020                |  | 4700114771126           |  |
| DATA DA GUIA                |  | AGÊNCIA (PREF / DV)       |  | TIPO DE JUSTIÇA         |  |
| 13/04/2020                  |  | 1618                      |  | ESTADUAL                |  |
| Nº DA GUIA                  |  | Nº DO PROCESSO            |  | TRIBUNAL                |  |
| 2620307                     |  | 0807447-61.2016.8.15.2003 |  | TRIBUNAL DE JUSTICA     |  |
| COMARCA                     |  | ORGÃO/VARA                |  | DEPOSITANTE             |  |
| JOAO PESSOA                 |  | 1 VARA DIST MANGABEIRA    |  | RÉU                     |  |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO       |  | TIPO DE PESSOA            |  | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |  |
|                             |  | Juridico                  |  | 8388,59                 |  |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE  |  | TIPO DE PESSOA            |  | CPF / CNPJ              |  |
| RHAYSSON MAX DE LIMA SOARES |  | Fisica                    |  | 70749748460             |  |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA     |  |                           |  |                         |  |
| F8E8E581D1653B10            |  |                           |  |                         |  |
| CÓDIGO DE BARRAS            |  |                           |  |                         |  |

Deste modo, resta CABALMENTE COMPROVADO que os valores foram pagos CORRETAMENTE, de acordo com a condenação, motivo pelo qual pugna pela EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO face a satisfação da obrigação, nos termos do art. 924, II, CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 1 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA  
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES  
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

